

A REDUÇÃO DO NÚMERO DE TRABALHADORES E DA DESPESA COM PESSOAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A DEGRADAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Numa altura em que se está a elaborar o Orçamento do Estado para 2021 e em que, naturalmente, o governo e os sindicatos das Administrações Públicas debatem a situação dos trabalhadores da Função Pública, nomeadamente as suas condições remuneratórias, é importante conhecer qual é a situação atual destes trabalhadores e como ela tem evoluído nos últimos anos e as suas consequências inevitáveis na degradação dos serviços públicos sentida pela população.

A REDUÇÃO DO NÚMERO DE TRABALHADORES E A DEGRAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

O quadro 1, com os dados do Ministério das Finanças, mostra a evolução do número de trabalhadores das Administrações Públicas (Central, Local e Regional) no período 2011/2019, por governos.

Quadro 1 – Número de trabalhadores das Administrações Públicas – 2011/2019

CARGO / CARREIRA / GRUPO	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - Nº de trabalhadores				
	2011 (Governo PSD/CDS) 31 dez	2015 (Governo PSD/CDS) 31 dez	2019 (Governo PSD/CDS) 31 dez.	2011/ 2015	2011/ 2019
	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL (Estado)	551 379	502 502	527 766	-48 877
ADMINISTRAÇÃO LOCAL E REGIONAL	163 663	146 869	159 933	-16 794	-3 730
ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS (Central, Local, Regional e Fundos da Segurança Social)	727 785	659 144	698 522	-68 641	-29 263
Técnico superior	58 132	58 093	67 965	-39	9 833
Assistente técnico/administrativo	97 952	85 245	87 448	-12 707	-10 504
Assist. operacional/operário/auxiliar	173 609	152 641	157 990	-20 968	-15 619
Informático	5 195	4 937	5 181	-258	-14
Pessoal de investigação científica	1 816	1 349	3 441	-467	1 625
Docente ensino universitário	13 997	13 977	15 241	-20	1 244
Docente ensino superior politécnico	9 694	8 870	10 470	-824	776
Educadores de infância e professores do ensino básico e secundário	151 170	129 169	136 150	-22 001	-15 020
Médico	25 049	26 743	30 569	1 694	5 520
Enfermeiro	42 769	41 830	49 022	-939	6 253
Técnico diagnóstico e terapêutica	8 935	8 636	9 670	-299	735
Técnico superior de saúde	1 913	1 878	1 962	-35	49

FONTE: Direção Geral da Administração e Emprego Público - 4º Trimestre 2019 - Ministério das Finanças

Entre 2011 e 2015, com a “troika” e o governo do PSD/CDS, o número de trabalhadores de todas as Administrações Públicas foi reduzido em 68.641 sendo 48.877 (71,2%) na Administração Central, o que causou uma profunda degradação dos serviços públicos cujos efeitos ainda se fazem sentir atualmente. Entre 2015 e 2019, com os governos PS, o número de trabalhadores aumentou, mas ainda em número insuficiente para compensar totalmente os empregos destruídos no período 2011/2015. Em 2019, o número de trabalhadores continuava a ser inferior em 29.263 ao que existia em 2011, sendo 80,7% desta redução (-23.613) na Administração Central, o que contribuiu para a degradação dos serviços prestados à população (*saúde, educação, segurança social, etc.*) por esta

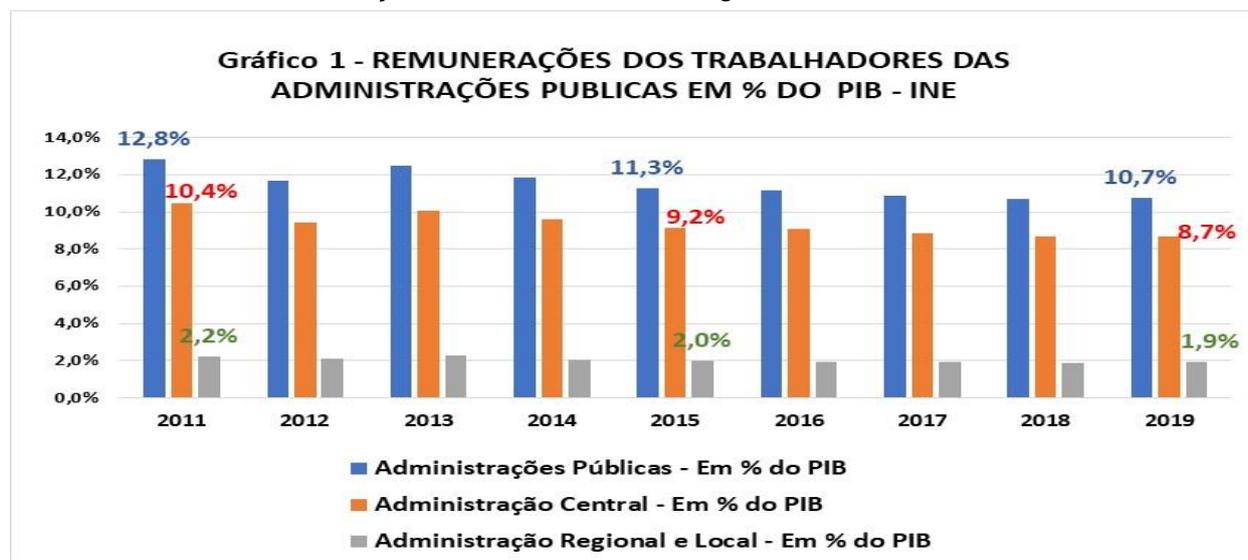
Outro aspeto importante que explica e é causa da degradação de muitos serviços públicos sentida pela população é redução muito significativa dos trabalhadores que estão presentes em todos os serviços e são a base de garantia do seu funcionamento (*assistentes técnicos e assistentes operacionais*) cujo total, em 2019, continuava a ser inferior em 26.123 ao total existente em 2011. Também a nível de professores do ensino básico e secundário, essenciais para aumentar o nível de escolaridade dos portugueses que continua a ser inferior à média dos países da União Europeia, necessidade essa aumentada com o COVID 19 pois, para garantir a segurança dos alunos através do distanciamento, havia que desdobrar as turmas, o que não vai acontecer (*o que aumenta o risco de contágio*) devido ao número insuficiente de professores; repetindo, o total dos docentes do ensino básico e secundário em 2019 é ainda inferior, ao número existente em 2011, em 15.020. Mesmo em relação aos profissionais de saúde o aumento verificado encobre uma realidade que os números não revelam: uma parte destes profissionais têm horários reduzidos porque trabalham simultaneamente no SNS e no setor privado ou por outras razões (do por ex., em 2018, segundo o Relatório Social do Ministério da Saúde 1.565 médicos estavam a tempo parcial e 580 em prestação de serviços).

A falta de trabalhadores que se verifica em quase todos os serviços da Administração Pública associado à insuficiência de competências, porque o Estado investe pouco na formação e qualificação dos seus trabalhadores, determina, por um lado, a degradação e a insuficiência dos serviços prestados à população e, por outro lado, a aquisição de centenas de milhões € de bens e serviços ao setor privado, o que constitui uma importante fonte de lucro para este. **Entre 2019 e 2020, a previsão de aumento de despesa com “aquisição de bens e serviços” ao setor privado é de 6,8%, enquanto se prevê que despesa com pessoal de todas as Administrações Públicas aumente apenas 2,6%, ou seja, 2,6 vezes menos.**

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanalmente inscreva-se em www.eugeniorosa.com

UMA PARCELA CADA VEZ MENOR DA RIQUEZA CRIADA NO PAÍS (PIB) É APLICADA À REMUNERAÇÃO DOS TRABALHADORES DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

O gráfico 1, mostra a quebra da parcela da riqueza criada no país (PIB) utilizada para remunerar os trabalhadores das Administrações Públicas tanto com o governo do PSD/CDS como com os do PS.



Entre 2011 e 2015, ou seja, com o governo PSD/CDS, as remunerações dos trabalhadores de todas as Administrações Públicas (Central, Local e Regional) diminuíram de 12,8% para 11,3% do PIB. (as dos trabalhadores da Administração Central caíram de 10,4% para 9,2% do PIB, e as dos da Administração Local e Regional de 2,2% para 2% do PIB). E entre 2015 e 2019, com os governos do PS, as remunerações dos trabalhadores das Administrações Pública, em percentagem da riqueza criada no país (PIB), tornaram a diminuir pois passaram de 11,3% do PIB para 10,7% do PIB (neste período, as remuneração dos trabalhadores da Administração central diminuíram de 9,2% do PIB para apenas 8,7%, e as dos trabalhadores da Administração Local e Regional caíram de 2% para 1,9% do PIB). Os trabalhadores das Administrações Públicas que asseguram os serviços públicos essenciais à população (saúde, educação, segurança social, segurança de bens e pessoas, etc., etc.) recebem uma parcela cada vez menor da riqueza criada no país (PIB) sob a forma de remunerações. A redução de um ponto percentual do PIB representa menos 2.000 milhões € de remunerações. E, entre 2011 e 2019, a redução foi de 2,1 pontos percentuais, o que significa menos 4.200 milhões € de remunerações que os trabalhadores das Administrações Públicas receberam em 2019. E é impossível prestar serviços públicos de qualidade e suficientes à população com muitos menos trabalhadores e cortando desta forma na despesa com as suas remunerações. Mas foi desta forma que se reduziu o défice.

A REDUÇÃO SIGNIFICATIVA DO PODER DE COMPRA DA REMUNERAÇÃO BASE LÍQUIDA MÉDIA MENSAL DOS TRABALHADORES DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS ENTRE 2011 E 2019

Quadro 2- A evolução do poder de compra da Remuneração Base Mensal da Função Pública entre 2010 e 2019

DESIGNAÇÃO	Administrações Públicas	Administração Central	Administração Local
REMUNERAÇÃO BASE MÉDIA MENSAL ILIQUIDA 2010 (antes de descontos)	1 445 €	1 573 €	940 €
Desconto para a Segurança Social ou CGA	159 €	173 €	103 €
Contribuição para ADSE	22 €	24 €	14 €
Dedução IRS	202 €	244 €	66 €
REMUNERAÇÃO MÉDIA MENSAL LIQUIDA EM 2011 (após descontos)	1 062 €	1 133 €	757 €
REMUNERAÇÃO BASE MÉDIA MENSAL ILIQUIDA 2019 (antes de descontos)	1 501 €	1 631 €	1 002 €
Desconto para a Segurança Social ou CGA	165 €	179 €	110 €
Contribuição para ADSE	53 €	57 €	35 €
Dedução IRS	255 €	300 €	90 €
REMUNERAÇÃO MÉDIA MENSAL LIQUIDA EM 2019 (após descontos)	1 028 €	1 095 €	767 €
REMUNERAÇÃO MÉDIA MENSAL LIQUIDA EM 2019 A PREÇOS DE 2010 (após dedução do aumento preços) - poder de compra a preços 2010	933 €	993 €	696 €
DIMINUIÇÃO DO PODER DE COMPRA DA REMUNERAÇÃO BASE MÉDIA MENSAL ENTRE 2010 E 2019 DOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA	-12,1%	-12,3%	-8,1%

FONTES: DGAEP do Ministério das Finanças e INE

Como mostram os cálculos feitos com base nos dados da DGAEP e do INE, o poder de compra da remuneração base média mensal líquida dos trabalhadores das Administrações Públicas era em 2019 ainda inferior ao que tinham em 2010 em 12,1% (na Administração Central era -12,3% e, na Administração Local, de -8,1%). E é urgente pelo menos repor o poder de compra de 2010. Eugénio Rosa – economista – 19-9-2020

Eugénio rosa – economista – mais estudos disponíveis em www.eugeniorosa.com pág. 2